



**CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DA BARCA**  
*Divisão de Administração Geral e Finanças*

**CERTIDÃO**

----- **Aida Maria Boalhosa Pereira**, Chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Ponte da Barca: -----

----- **Certifica** que na ata da reunião ordinária do Executivo, realizada no dia onze de abril de dois mil e dezasseis, consta, entre outras, a deliberação do teor seguinte: "12.8. - **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, BEM COMO APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO 2015** – No cumprimento do disposto no artigo 76º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, Lei 73/2013, de 3 de setembro de 2013 e no ponto 2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, vem o executivo camarário apresentar o relatório e contas referente ao exercício económico de 2015, que apresentam na sua execução orçamental um saldo da gerência anterior, por execução orçamental de 83.270,19 €, uma receita de 12.605.745,69 € e uma despesa de 12.559.649,77 € e o saldo para a gerência seguinte de 129.366,11 € e um resultado líquido de exercício no valor de 404.240,38 €.

----- A Câmara Municipal, após verificar os documentos de prestação de contas, os quais ficam arquivados na Unidade de Finanças e Gestão Patrimonial, estando disponíveis para consulta, e encontrando-se devidamente elaborados, deliberou, por maioria, aprovar o Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município de Ponte da Barca e respetiva Avaliação, bem como os Documentos de Prestação de Contas – Exercício 2015. Abstiveram-se os senhores Vereadores do PSD, Armindo Silva e Olinda Barbosa, na votação do Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação e votam contra os Documentos de Prestação de Contas – Exercício 2015, tendo apresentado a Declaração de Voto que se transcreve: "Os Vereadores do Partido Social Democrata, Armindo Silva e Olinda Barbosa, abstêm-se na votação do "INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO" e votam contra os "DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO 2015", por considerarem que são demonstrativos das opções erradas, tomadas pela maioria socialista na Câmara Municipal, evidenciando claramente que não há uma estratégia de desenvolvimento para o nosso concelho, que crie riqueza e emprego, contribua para a melhoria da qualidade de vida dos Barquenses, particularmente dos mais jovens, que não encontram na sua terra oportunidades para o seu futuro e combata a desertificação

Esta situação é traduzida no irrisório investimento feito nas actividades que criam riqueza: Indústria e Energia; Turismo e Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca. Nestas atividades, no ano de 2015, a maioria socialista na Câmara Municipal, investiu cerca de 299 mil euros, o que representa 2,38% do total da despesa realizada. Considerando que a receita da Autarquia, no ano de 2015, foi de 12,6 Milhões de euros, verificamos que não se aposta na criação de riqueza e de emprego, destinando-se a grande fatia desta receita para pagar despesas correntes, que no cômputo representa 68% da despesa total. Logo a despesa de investimento apenas representa 32% da despesa total!

Por outro lado, o Documento de Prestação de Contas mostra-nos aquilo que os Barquenses sentiram no "seu bolso", por via do pagamento do IMI no ano de 2015, cuja carga fiscal se mantém muito elevado, tal como o PSD tem vindo a denunciar, propondo, sucessivamente, a sua redução.

Ou seja, o rendimento disponível das famílias Barquenses diminuiu, no difícil momento que se atravessa e prejudicou a atividade empresarial do concelho. Como é sabido, o PSD defendeu a aplicação da taxa mínima de IMI, precisamente para atenuar o efeito da reavaliação dos imóveis e, dessa forma, melhorar a qualidade de vida dos Barquenses, apresentando propostas nesse sentido que foram inviabilizadas pela maioria socialista na Câmara Municipal.

Esta realidade resulta das opções políticas tomadas pela gestão socialista, que optou por não privilegiar o investimento, particularmente, aquele que cria riqueza, demonstrando que não há uma estratégia de investimento e de desenvolvimento para o nosso concelho, pelo que os Vereadores do PSD votam contra."

Absteve-se o senhor Vereador Independente, Augusto Marinho, na votação do Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação e votou contra os Documentos de Prestação de Contas – Exercício 2015, tendo apresentado a Declaração de Voto que se transcreve: “Abstendo-me na votação relativa à apreciação e votação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município de Ponte da Barca e respetiva avaliação com base no parecer emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, contratada pelo Município. Referem estes técnicos especializados que se mantém “em curso a inventariação e a avaliação do respetivo património. Neste contexto não estamos em condições de emitir uma opinião sobre a existência, plenitude, valorização e mensuração das imobilizações, incluindo os bens de domínio publico ...” Acrescento que a certificação das contas efetuada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, constituída por apenas duas páginas, deveria ser facultada aos membros da Assembleia Municipal para um avaliação com completa. Voto contra os documentos de prestação de contas relativamente ao exercício de 2015, fundamentando a minha apreciação nos seguintes termos: o que está em análise não é somente a questão técnica do documento, mas também a apreciação política do que está refletido nos documentos. Desvaloriza-se frequentemente a apreciação deste documento, alegando tratar-se de um documento técnico. É verdade que se trata de um documento técnico e que, tanto quanto possível, esta dimensão deve ser avaliada. Aqui aproveito para endereçar uma palavra de apreço aos funcionários que efetivamente trabalharam este documento tecnicamente. Contudo, como referi, o mais importante é a apreciação política do documento. Não farei aqui o exercício elementar de referir o aumento percentual das despesas correntes, o aumento com despesas de pessoal, evidenciando a sua evolução nos últimos anos, ou o desinvestimento que se tem registado. Estes são números que estão plasmados nos documentos e o importante é aferir o que eles representam. Considero que este documento demonstra a desorientação política deste executivo, que não tem mais nada para oferecer aos barquenses. Os números revelam uma trajetória insustentável para o nosso município. Esta trajetória despesista e centrada no curto prazo hipoteca o nosso desenvolvimento coletivo e demonstra ad nauseam uma total desorientação estratégica e sistemática ausência de visão. Os números refletem esta dura realidade e o mais assustador é constatar que agora, que termina um ciclo de 12 anos, a autarquia está a contratar furiosamente, como se não houvesse amanhã. Não podemos permitir que vingue o lema: “Quem vier que feche a porta!”

O senhor Presidente da Câmara, António Vassalo Abreu e os senhores Vereadores do PS, José Alberto Pontes, Sílvia Torres e Ricardo Armada, apresentaram a Declaração de Voto que se transcreve: “Os membros da maioria socialista votam a favoravelmente o documento de prestação de contas relativo ao exercício de 2015. Trata-se de um documento, devidamente certificado, no qual se demonstra que os objectivos traçados foram alcançados.

O documento, traduz ainda a redução da dívida municipal, pese os investimentos feitos, apesar do ataque que foi feito nos últimos quatro anos ao poder local democrático, pelo governo do PSD que impediu quer os Municípios, quer as juntas de freguesia de levar a cabo tarefas absolutamente fundamentais, nomeadamente o acesso a fundos estruturais e ao impedimento da utilização da nossa capacidade de endividamento, que, como é sabido, é grande. Damos como casos concretos, o não financiamento à chamada estrada de Nogueira a Grovelas ou do Parque empresarial do Rodo.

Os membros da maioria socialista, registam o sentido negativo de voto dos senhores vereadores da oposição, que revela, no mínimo, ignorar a realidade de Ponte da Barca. E se, no que concerne ao vereador do movimento Mudar, até se pode compreender, dada a sua ausência, pelo que, praticamente só a deverá saber pelo que lhe contam, o mesmo não se aplica relativamente aos vereadores do PSD.

Os senhores vereadores da oposição, mesmo que discordando de algumas opções de carácter político, em vez de reconhecer o esforço que tem vindo a ser feito pelo executivo socialista, nomeadamente no que respeita à dívida, significativamente inferior à que foi herdada, ao enorme investimento feito em infraestruturas essenciais, tem a ousadia de dizer que não há estratégia de desenvolvimento para o concelho, que temos uma gestão despesista ou que estamos a contratar pessoal (empurrar para a frente)

No que diz respeito à contratação de pessoal, será que os senhores vereadores da oposição desconhecem que hoje Ponte da Barca dispõe, por exemplo:

- De uma loja do cidadão; de dois centros interpretativos do território, (um na loja interativa de turismo e outro no castelo do Lindoso); das Portas do Parque ; de uma casa da cultura, de uma biblioteca Municipal do nível B1, do solar do vinhão, de um arquivo Municipal, de um balcão único de atendimento, de um estádio municipal, de uma unidade móvel de saúde?

- Naturalmente que estes serviços precisam de recursos humanos para que prestem o serviço para o qual foram construídos.

- Bem sabemos que o apoio aos mais desfavorecidos , não é , nem nunca foi uma opção política da direita. Criar condições para que todos tenham igualdade de oportunidades no acesso à cultura, à prática do desporto e à educação, também não. Para eles trata-se de mero despesismo. Mas será que os senhores vereadores da oposição tem, no mínimo, consciência do trabalho desenvolvido pelos diversos setores da Câmara Municipal, como por exemplo o setor da acção social, num período de grandes dificuldades como o que o país atravessa?

Perante as suas declarações de voto, é de concluir que não.

E voltando ao suposto aumento de recursos humanos: Registem que, atualmente, a Câmara Municipal de Ponte da Barca tem menos 16 ( dezasseis) funcionários de que quando este executivo chegou!

É verdade, senhores vereadores, quando chegamos havia 173 funcionários. Atualmente e apesar de todos os serviços criados, há 157.

Bem sabemos que para os senhores vereadores da oposição, não é fácil fazer a comparação do que foi feito nos anos em que foram poder e aquilo que nos últimos anos, apesar da crise, foi feito, em Ponte da Barca. Mas os barquenses sabem e é isso que nos pode deixar orgulhosos e com o sentido do dever cumprido.

Os eleitos do Partido Socialista

— Mais deliberou a Câmara Municipal, por unanimidade, nos termos do disposto da alínea i), do nº 1, do artº 33º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submeter o Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação, bem como os Documentos de Prestação de Contas do exercício financeiro do ano de 2015, à apreciação e votação pela Assembleia Municipal.”

— O referido é verdade. —

Serviço de Secretaria Geral, da Divisão de Administração Geral e Finanças, 21 de abril de 2016.

A Chefe de Divisão,

  
(Dr.ª Aida Maria Boalhosa Pereira)